Título do capítulo	PREFÁCIO
Autores(as)	André Zaca Furquim
DOI	DOI: http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-009-7pre

Título do livro	REFÚGIO NO BRASIL: INTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS E SOLICITANTES DE REFÚGIO EM BRASÍLIA (2019)
Organizadores(as)	João Brígido Bezerra Lima (Coordenador) José Romero Pereira Júnior Danilo Borges Dias Valéria Fechine José Alejandro Sebastian Barrios Diaz
Volume	1
Série	REFÚGIO
Cidade	Rio de Janeiro
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2020
Edição	1ª
ISBN	978-65-5635-009-7
DOI	DOI: http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-009-7

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2020

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

PREFÁCIO¹

André Zaca Furquim²

O Brasil é reconhecido como um país composto e criado por imigrantes. Como todas as estratégias públicas, as políticas e os programas adotados para a vinda dessas pessoas, a permanência delas em nosso solo e a sua integração à nossa sociedade sofreram alterações ao longo do tempo.

Atualmente, podemos continuar afirmando que nossa pátria se revela acolhedora, sobretudo após a edição da recente Lei de Migração, Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, normativo no qual foram incorporados princípios da política migratória brasileira e garantias aos imigrantes, consolidando valores já trazidos na Constituição Federal de 1988.

Embora haja clara previsão legislativa pela adoção de política de inclusão social, laboral e produtiva, devemos reconhecer a existência de possíveis pendências e identificar potenciais melhorias a serem executadas. Reconhece-se que o cenário atual se mostra distinto dos já enfrentados, e, por essa razão, o aprimoramento da política e dos programas deve respeitar as diferenças presentes na nova conjuntura.

Nesse sentido, devemos, pois, conhecer o novo quadro que se apresenta, aprofundando-se nos estudos e nas avaliações a respeito da situação do imigrante que chegou recentemente ao Brasil e que procura executar seu sonho de alcançar melhores condições de vida para a família, que o acompanha nessa jornada ou aquela que venha a constituir aqui.

Sabe-se que o Brasil, nos últimos anos, foi muito procurado por pessoas de diversas nacionalidades, destacando-se os fluxos migratórios procedentes do Haiti, da Venezuela, do Senegal, da República Democrática do Congo e da Síria. Em comum, todos esses podem ser considerados movimentos migratórios marcados pela vulnerabilidade de indivíduos que se viram impelidos a deixar abruptamente seus lares, escapando de situações de extrema fragilidade ou perseguição.

Nesse contexto, ao realizar a mudança sem condições de planejamento, por vezes sem conseguir sequer providenciar a produção minimamente necessária de documentação para o início de uma nova vida em outro país, o desafio da

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-009-7pre>

2. Diretor de migração do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

integração da pessoa ora retratada acaba por ser ainda maior se comparado a um imigrante laboral cuja vinda ao país foi planejada e intermediada por alguma empresa empregadora.

Ao vir em condições inicialmente desfavoráveis, o imigrante “econômico” ou refugiado está mais sujeito a sofrer certos preconceitos, suportando restrições no exercício dos direitos que lhe são garantidos pelo ordenamento jurídico brasileiro. Desse modo, a nova parceria entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Ipea permite a conjugação de esforços na identificação dos principais obstáculos hoje impostos à interação e à consequente integração do imigrante à sociedade brasileira, focando a avaliação das condições para os solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado em Brasília.

A nova pesquisa, subsequente ao estudo a respeito da caracterização dos perfis sociodemográficos dos refugiados, propiciará a reunião de conhecimentos e subsídios necessários à administração pública para o aprimoramento da política migratória nacional, em especial o desenvolvimento de ações destinadas à parcela considerada mais fragilizada. Com isso, por meio da indicação das oportunidades de integração e mapeando-se os desafios a serem superados, teremos condições mais apropriadas de selecionar os caminhos que devemos seguir.